

Senado pressiona Lula para indicar Pacheco ao STF

Mesmo com impasse, expectativa é que presidente indique Messias

Por Sabrina Fonseca

O Senado tem pressionado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que quem assuma a cadeira deixada por Luís Roberto Barroso seja o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), preferido pelos congressistas, incluindo o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e por uma ala do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, mesmo que ainda não oficializado, a expectativa é que Lula indique o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, após retornar do Sudeste Asiático, onde cumpre agenda.

Ao Correio da Manhã, um senador disse que acredita que a indicação de Jorge Messias ao STF será “difícil”, uma vez que, segundo o parlamentar, o atual advogado-geral da União atuou mais como aliado ideológico de Lula do que como um operador do direito. Já o vice-líder do governo no Senado, Jorge Kajuru (PSB-GO), declarou ao UOL que Lula sofreria derrota caso escolhesse Messias no cenário atual.

Lula chegou a conversar com Alcolumbre antes de embarcar para a Indonésia, nesta terça-feira (21). O senador amapaense foi até o Palácio da Alvorada na segunda-feira (20) para defender o nome de Pacheco à Corte. Mas, de acordo com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o chefe do Executivo está convicto em sua decisão de escolher Messias para a vaga de Barroso.

Para Lula, Rodrigo Pacheco tem chances de ganhar o governo por Minas Gerais em 2026. No início deste ano, o senador do PSD negou uma possível vaga como ministro na reforma ministerial. À época, Pacheco disse que a decisão de recusar o ministério se deveu a uma necessidade pessoal de “voltar para casa”, ou seja, priorizar sua atuação no estado mineiro.

O Correio da Manhã falou com o professor de Políticas Públicas, Eduardo Galvão, so-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Antes da viagem de Lula, Alcolumbre reforçou pedido de indicação de Pacheco ao STF

bre o impasse de Lula com o Senado. Para ele, a pressão da Casa Alta é mais uma disputa por espaço político do que uma resistência de mérito.

“Nos últimos anos, o Executivo e o Judiciário têm demonstrado um grau inédito de sinergia, sobretudo em momentos em que o Legislativo ampliou seu protagonismo sobre o orçamento e as pautas de governo. Essa aproximação se expressa em diversos gestos: na convergência entre o Palácio do Planalto e o STF na defesa da democracia após os ataques de 8 de janeiro; na cooperação em torno de medidas econômicas e de recomposição fiscal, como a validação judicial do novo arcabouço; e na sintonia sobre temas sensíveis, como a defesa da autonomia das agências reguladoras e a constitucionalidade de políticas sociais”, observou Galvão.

“Essa relação tem funcionado como um contrapeso à escalada de empoderamento do Congresso, que hoje controla boa parte do Orçamento e busca influir nas nomeações de alto escalão. É dentro dessa tensão tripartite – Executivo e Judiciário de um lado, Legislativo de outro – que se insere a discussão sobre o nome de Jorge

Messias. A pressão senatorial por alternativas, como Rodrigo Pacheco, reflete mais a disputa por espaço político do que uma resistência de mérito”, ele completou.

Já para o cientista político Adriano Cerqueira, Lula corre o risco de não ter o nome de Jorge Messias aprovado no Senado se persistir.

“As relações de Lula com o Congresso Nacional não estão nada boas. E no Senado, com certeza, deve aumentar as preocupações, já que o Senado muitas vezes é arrolado em processos que são julgados por ministros do STF. Nesse sentido, um integrante do Senado que já foi presidente, que tinha boas relações como Rodrigo Pacheco, tende a ser um candidato muito mais apreciável pela maioria dos senadores. E como é possível a sua indicação, eu acho que o Lula corre o risco de, caso insista no Jorge Messias, que ele não seja indicado. Então, essa queda de braço aí pode ser resolvida com o Lula aceitando o Rodrigo Pacheco, até porque ele [Pacheco], principalmente no seu último mandato como presidente do Senado, foi um aliado do governo Lula e tende a não gerar muitos problemas para o governo”, anali-

sou Cerqueira para a reportagem.

Confirmada a indicação, o nome escolhido será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Para se tornar ministro, terá de receber a aprovação da maioria absoluta – 41 votos favoráveis – no plenário da Casa.

Quem é Jorge Messias?

Jorge Messias, de 45 anos, assumiu a chefia da Advocacia-Geral da União no início do terceiro mandato de Lula, em 2023. Anteriormente, ele foi subchefe para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência da República no governo de Dilma Rousseff. Tornou-se um dos protagonistas da Lava Jato, em 2015, quando teve seu nome citado em uma ligação entre Dilma e Lula, que estava sendo investigado. À época, a então presidente se referiu ao advogado como “Bessias”. A ligação foi interceptada por ordem do ex-juiz Sérgio Moro, atual senador pelo União Brasil do Paraná, que julgava o caso. Se Jorge Messias for indicado ao STF, deverá ficar na Corte por três décadas. Isso porque, de acordo com o regimento interno da Corte, os ministros devem se aposentar ao completar 75 anos.

Com penas de até 30 anos, ministro apresenta PL Antifacção

Por Sabrina Fonseca

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou e enviou à Casa Civil, na quarta-feira (22), o Projeto de Lei Antifacção, que tem como objetivo fortalecer o combate às facções criminosas no Brasil, atualizando leis penais e processuais, incluindo o Código Penal, Código de Processo Penal, Lei das Organizações Criminosas, Lei dos Crimes Hediondos, Lei da Prisão Temporária e Lei de Execução Penal. A medida ainda visa tornar mais efetivo o enfrentamento a facções, como por exemplo, o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o Comando Vermelho (CV).

Entre as principais inovações, o texto cria o tipo penal de “organização criminosa qualificada”, com penas de oito a 15 anos de prisão para grupos que controlam territórios ou atividades econômicas mediante o uso de violência ou intimidação. Caso ocorra homicídio por ordem ou em benefício de tais organizações, a pena pode chegar a 30 anos. Esse novo tipo penal passa a ser considerado crime hediondo, o que impede benefícios como fiança, anistia ou indulto.

O projeto também endurece as penas para crimes já previstos



Isaac Amorim/MJSP

Proposta apresentada por Lewandowski vai à Casa Civil

na legislação atual. A pena básica para integrar uma organização criminosa sobe de três a oito anos para cinco a dez anos, podendo ser aumentada até o dobro em casos de uso de armas de fogo de uso restrito, explosivos ou quando houver morte ou lesão de agentes de segurança pública. Agravantes adicionais incluem a participação de menores, conexão com facções estrangeiras, infiltração no setor público e domínio territorial.

Outra medida de destaque é a criação do Banco Nacional de Organizações Criminosas,

que reunirá informações sobre integrantes, ramificações e bens associados às facções. O texto também propõe novas ferramentas de investigação, como a infiltração de agentes e colaboradores em grupos criminosos e até a criação de pessoas jurídicas fictícias para operações encobertas.

O projeto ainda amplia as hipóteses de apreensão e perdimento de bens. Juízes poderão determinar o bloqueio de valores, direitos e ativos de investigados e de terceiros suspeitos de envolvimento. No caso de empresas utilizadas por facções, será possí-

vel decretar intervenção judicial e suspender contratos com o poder público.

No sistema prisional, o texto autoriza o monitoramento audiovisual de visitas a presos ligados a facções, desde que haja autorização judicial e indícios de uso indevido da comunicação. Em situações de risco à segurança, a transferência emergencial de detentos também é permitida.

Na administração pública, o projeto propõe o afastamento cautelar de servidores suspeitos de envolvimento com o crime organizado. Condenados por esse tipo de delito ficam proibidos de contratar com o Estado ou receber benefícios fiscais por até 14 anos.

Segundo o governo, a proposta busca reforçar os instrumentos legais de desarticulação das facções e enfraquecer sua base econômica, ampliando a capacidade do Estado de agir com rapidez e eficiência. Com a iniciativa, o país pretende alinhar sua legislação a padrões internacionais de combate ao crime organizado, num momento em que as facções expandem suas atividades dentro e fora dos presídios.

Após analisado e ajustado pela Casa Civil, o texto ainda terá que passar pelo Congresso Nacional.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Agência Brasil



Justiça absolveu sete acusados pela tragédia

Autora de livro sobre Ninho do Urubu critica absolvição

Autora do livro-reportagem “Longe do ninho”, que trata da morte de dez atletas da base do Flamengo em incêndio no centro de treinamento do clube, a jornalista e escritora Daniela Arbex critica a absolvição de sete réus do caso.

Segundo ela, a decisão do juiz Tiago Fernandes de Barros, da 36ª Vara Criminal do Rio, é “o retrato do Brasil”, de um país

“condescendente com os poderes vigentes” e representa “um salvo-conduto para crimes futuros.”

Finalista do Prêmio Jabuti de 2025, o livro conta detalhes da tragédia ocorrida em 2019 no Ninho do Urubu. Daniela frisa que o Flamengo pagou por mais de dez vezes multas, de valor irrisório, aplicadas pela prefeitura por ausência de alvará do centro de treinamento.

Sem alvará

Autora também de livros premiados sobre o incêndio da boate Kiss e o Hospital Colônia de Barbacena, Daniela ressalta que o Ninho do Urubu funcionava sem alvará desde 2012, mas só foi recebeu um edital de interdição cinco anos depois — e continuou funcionando.

Alerta

Ela frisa que, em 2012, sete anos antes do incêndio, o Ministério Público do Rio de Janeiro manifestou preocupação com a segurança dos atletas — em 2015, propôs uma ação para a melhoria das condições de alojamento, segurança e saúde dos jovens atletas.



Reprodução/ TV Brasil

Daniela Arbex: Flamengo teve chances; atletas, não

Meses antes do incêndio, MP alertou para risco

A jornalista destaca que em junho de 2018, uma vistoria feita pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado do MP no contêiner onde os atletas dormiam chegou a uma conclusão tristemente profética.

O grupo relatou que os fatos encontrados “podem trazer dificuldades em caso de uma situação de grande emergência”.

“O fato é que o Flamengo teve inúmeras oportunidades de se adequar. Já os atletas não tiveram nenhuma chance”, frisa.

Na decisão, o juiz disse não ter encontrado relação entre “condutas individuais e a ignição” — ou seja, focou apenas no incêndio, não nas condições que foram decisivas para a tragédia.

Blusinhas...

Quem entra em agências dos Correios descobre que não é possível despachar encomendas para os Estados Unidos e Porto Rico (uma espécie de colônia norte-americana). A interdição não tem a ver com medidas de Donald Trump contra o Brasil, vale para todos os países.

...de Trump

Em resposta à coluna, os Correios informam que problema é que, desde o fim de agosto, os EUA passaram a tributar mercadorias que ultrapassem o valor de US\$ 100 (cerca de R\$ 540,00). Exigem também uma avaliação prévia de produtos postados para lá.

ONU na causa

A exigência, feita de maneira abrupta, do jeitão Trump, praticamente inviabilizou a postagem das encomendas, mesmo que por pessoas físicas: outros 80 operadores postais do mundo também pararam de mandar produtos para lá. Até a ONU busca uma solução para o problema.

WO de Paes

O deputado federal Reimont (PT-RJ) ironiza a possibilidade de o PL apoiar a candidatura de Eduardo Paes (PSD) ao governo e até indicar o vice da chapa, como adiantado pela coluna Magnavita. “Eles querem ganhar por WO”, brincou. O PT é aliado do prefeito carioca.